

CARTA DE PENAMACOR

AS INTERIORIDADES E O DESENVOLVIMENTO LOCAL



Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local

Av. Santos Dumont, 57 - 1º Esq.

1050-202 LISBOA

www.animar-dl.pt

www.facebook.com/associacao.com

<http://agencianimar.com>

www.cidadaniaemp Portugal.pt

animar@animar-dl.pt

Telef.: 21 952 74 50/1

JULHO 1995

A consecução destas propostas nunca se deverá substituir a esses recursos fundamentais sem os quais nunca haverá um verdadeiro desenvolvimento local. A saber: **a iniciativa, a motivação e a autonomia das comunidades locais.**

*Encontro Nacional da Animar
Penamacor, 1 de Julho de 1995*

estão a conduzir muitas delas a **situações economicamente difíceis**;

Considerando que o financiamento público do desenvolvimento local **não deverá estar demasiado dependente do volume e do ritmo dos financiamentos comunitários**;

Considerando que o desenvolvimento local terá que assentar necessariamente na valorização dos **recursos endógenos**, dum modo economicamente competitivo, mas sempre centrado na valorização da identidade cultural própria e na defesa e preservação do património que lhe serve de suporte e a diferença;

Considerando que existem grandes potencialidades em termos de economia de escala, a alcançar através da **cooperação** entre as várias experiências de desenvolvimento local, propõe-se o seguinte:

- que seja criado um **Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Local**, financiado através da **consignação** de receitas públicas, fundo ao qual as Associações de Desenvolvimento Local poderão candidatar os seus projectos;
- que as Associações de Desenvolvimento Local façam tudo o que é possível para promover **actividades produtoras** de bens e serviços comercializáveis e valorizadoras de recursos endógenos, de forma **economicamente competitiva**;
- que as Associações de Desenvolvimento Local, mantendo uma atenção particular sobre o território em que se movem, concebam **“estratégias sem fronteiras”**, aproveitando as economias de escala que decorrem da cooperação entre si.

CARTA DE PENAMACOR

As interioridades e o Desenvolvimento Local

Agriculturas e Desenvolvimento Local

Há que equacionar e resolver a questão do défice de intervenção no desenvolvimento da agricultura, em particular nos domínios da experimentação, extensão e formação contínua. Tudo isto numa óptica nova, que contemple a **participação activa dos potenciais beneficiários**.

O desenvolvimento da agricultura tem também de ser equacionado na perspectiva da **ocupação e gestão efectiva do território nacional**. As zonas rurais, sobretudo as do interior, sofrem um processo de desertificação e de “inversão florística” que é necessário e urgente contrariar. Para que não se torne irreversível o caminhar para o desequilíbrio, a competição e, até, o conflito entre o urbano e o rural.

A gestão dos regadios necessita de ser devidamente equacionada, no **sentido do aproveitamento do potencial disponível**. Isto implica atender a um conjunto complexo de fac-

tores técnicos, sociais e económicos: gestão do banco de terras; papel dos agricultores idosos e dos proprietários não residentes; transformação e comercialização de produtos; captação de poupança dos emigrantes; coordenação entre serviços e instituições locais e regionais.

O desenvolvimento local presupõe a **valorização plena dos produtos agrícolas e potencialidades das zonas rurais**. Tais produtos correspondem a “especializações” que, para além da natureza, são fruto e expressões de saberes tradicionais e tecnologias humanizadas. O queijo, a azeitona, o azeite e a cinegética são bons exemplos nesta zona. No caso dos produtos tradicionais, é essencial promover a **certificação de origem**, processo que exige a acção coordenada de diferentes agentes, incluindo os produtores, as autarquias e os serviços oficiais. No caso das regiões mais desfavorecidas, em que o processo de certificação não é ainda exequível, os incentivos devem permitir o apoio à transformação tradicional, mesmo não certificada.

A promoção adequada dos produtos tradicionais exige a sua **articulação** com a hotelaria, turismo em espaço rural, restauração e animação turística da zona, de forma a manter nesta uma maior percentagem de benefícios.

A falta de vias de comunicação continua a limitar fortemente o desenvolvimento do interior, nomeadamente da sua agricultura. É necessário **conservar e manter as estradas antigas**, pelo seu valor social, económico e paisagístico, mas são fundamentais **novas vias**, que facilitem a circulação de pessoas e bens, produzindo impactos ambientais mínimos.

cias do espaço e dos campos de acção tradicional da Igreja. A participação da Igreja para o desenvolvimento terá que ser entendida como uma **participação multifacetada**, não só pela diversidade dos seus dinamismos internos, mas também pela necessidade de se alcançar o desenvolvimento integrado de que tanto se fala hoje em dia.

A acção da Igreja deverá ser no sentido de um **trabalho com a comunidade local** e não para a comunidade, catalisando potencialidades locais e despertando a participação das pessoas e demais agentes de desenvolvimento. Não é aceitável uma óptica individualista, fechada sobre si própria.

A Igreja deverá constituir **parcerias**, apesar das dificuldades que estas suscitem. Pede-se um melhor entendimento entre as várias entidades locais, nomeadamente entre as Autarquias e a Igreja. A não consideração de parcerias e outras formas de cooperação leva a duplicações e desperdícios desnecessários.

Recomenda-se à Animar que continue a **manter o tema** – A Igreja e os seus agentes – nos debates que venha a promover.

Associações de Desenvolvimento Local e seu financiamento

Considerando que muitos dos serviços prestados pelas Associações de Desenvolvimento Local têm a natureza de “bens públicos” e que deste facto resultam estrangulamentos que

destinado ao IC8 (rodovia Coimbra-Castelo Branco-Monfortinho), para as obras do gasoduto.

Relativamente á Animar sugere-se que a rede promova a criação de um grupo de reflexão centrado nas questões da Cooperação Transfronteiriça.

A Igreja e o desenvolvimento local

Constata-se ainda alguma indefinição, e até algum preconceito, por parte da sociedade global relativamente ao que é a Igreja. Esta deverá ser vista como uma instituição onde a própria comunidade local se insere. A Igreja não deve ser vista apenas como o pároco da freguesia. É inegável que a Igreja tem contribuído para o Desenvolvimento, tanto a nível global, como regional e local. Reconhece-se à Igreja uma **mais-valia** e uma **experiência** acumulada, por via das suas tradições, das suas organizações associativas e do apoio a trabalho de grupos. A Igreja tem contribuído para a **superação de muitas carências** que os poderes públicos não têm sabido ou podido colmatar. Reconhece-se o contributo da Igreja, mas também se exige dela um papel mais alargado.

A Igreja tem certamente um papel a desempenhar no **“refrescamento” dos valores**, contribuindo para o enriquecimento e **“desburocratização” do relacionamento humano e para a dignificação das pessoas**. A acção social, cultural, socializadora e educativa são igualmente importantes referên-

As pequenas iniciativas empresariais no espaço rural

Há que manifestar **preocupação** pelo facto da gestão dos apoios financeiros às iniciativas de Desenvolvimento Local, no âmbito do respectivo programa, ser confiado às instituições bancárias, as quais não têm vocação nem sensibilidade adequada à natureza dessas iniciativas.

Não se deve ignorar o saber e a experiência adquirida nesse domínio por Associações de Desenvolvimento Local;

Tem de se lutar pelo reconhecimento dos **benefícios sociais** decorrentes das Iniciativas de Desenvolvimento Local, integrando-os nomeadamente na análise de viabilidade dos projectos;

Urge reforçar o envolvimento e o apoio dos **actores institucionais locais**, nomeadamente as Caixas de Crédito Agrícola e as Autarquias, na génese e desenvolvimento das Iniciativas de Desenvolvimento Local, evitando todavia um excessivo protagonismo daqueles actores;

Que se estude e analise a especificidade própria das pequenas iniciativas empresariais em **meio rural** com vista a criar quadros de apoio adequados, designadamente ao nível da legislação e formação profissional;

Que seja avaliado o **impacte social concreto** (número de postos de trabalho, facturação, etc.) do esforço financeiro aplicado na criação e valorização do emprego no meio urbano e no meio rural.

Relativamente à Animar, o Grupo congratula-se com o papel já desempenhado pela rede como elo de ligação entre

todos os interessados no Desenvolvimento Local, e formula as seguintes expectativas quanto à sua acção futura:

- que se reforce efectivamente como uma rede de informação e comunicação, de intercâmbio e ajuda mútua;
- que promova a divulgação ampla dos casos de sucesso no âmbito do Desenvolvimento Local;
- que se constitua como força de pressão para a criação/adaptação de condições, nomeadamente jurídicas, para a comercialização dos produtos artesanais, em particular agroalimentares, dada a especificidade das micro-organizações envolvidas e dos respectivos produtos;
- que promova a realização de feiras e exposições com vista à dinamização de contactos a juzante da actividade das iniciativas de Desenvolvimento Local.

Cooperação transfronteiriça e Desenvolvimento Local

Dada a existência de certos meios técnicos, verifica-se que há alguma cooperação transfronteiriça. Com meios económicos suficientes seria ainda possível uma maior cooperação. Esta é mesmo reconhecida como uma necessidade, mas igualmente se reconhecem as dificuldades actuais no relacionamento transfronteiriço. São elas as seguintes:

- Dimensão política diversa;
- Estruturas e modelos administrativos diferentes;
- Distintos níveis de desenvolvimento sócio-económico;
- Ausência de divulgação, pelas entidades públicas, de acções em curso;
- Meios económicos escassos;

- Existência de uma mentalidade “raiana”, em que as fronteiras físicas foram substituídas pela “fronteira do medo”, suportada por factores acima indicados e pelo passado histórico.
- Por fim, mas muito importante ainda, ausência de poder regional do lado de Portugal, o que nos remete para a questão da liderança regional indispensável a uma estratégia e acção integrada de correcção de assimetrias, pela valorização dos recursos próprios.

Face à situação presente, julga-se necessário:

- Obter do poder político o reconhecimento efectivo da necessidade de cooperação;
- Identificar os agentes de cooperação, criando também os mecanismos de cooperação e participação a partir da base. É favorável a constituição de equipas pequenas, mas trabalhando em regime contínuo;
- Identificar os objectivos específicos dessa cooperação e os “pontos” em torno dos quais se deve cooperar;
- Reforçar não só os meios económicos e técnicos da cooperação como também os meios humanos (o reforço das telecomunicações, por exemplo, só será profícuo se em simultâneo, se apostar na qualificação dos recursos humanos);
- Obter dos **órgãos de comunicação social** uma maior participação na difusão da informação e experiências sobre a cooperação transfronteiriça;
- Julga-se ainda indispensável lavrar um protesto relativamente ao desvio do financiamento do INTERREG II,